





**LEST - LINHAS DE ENERGIA DO SERTÃO TRANSMISSORA S.A.**  
CNPJ/MF N.º: 24.100.518/0001-65  
NIRE 33.3.0032400-3

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2022.**

- 1. DATA, HORA E LOCAL:** Realizada em 29 de abril de 2022, às 11:00 horas, na sede da **LEST - LINHAS DE ENERGIA DO SERTÃO TRANSMISSORA S.A.** ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Pasteur, 110, 9º andar, Botafogo, CEP: 22290-240.
- 2. MESA:** Sr. Rodrigo Costa Rocha como Presidente e Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca como Secretária.
- 3. PRESENÇA:** Acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia.
- 4. CONVOCAÇÃO:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do art. 124, §4º da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença da acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia.
- 5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre as seguintes matérias:

**5.1. Em Assembleia Geral Ordinária (AGO)**

(i) Exame, discussão e aprovação das contas da administração, do balanço patrimonial, das demonstrações financeiras, do parecer dos auditores independentes e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, conforme publicado no Jornal Diário do Acionista, na edição de 05 de abril de 2022, págs. 8, 9 e 10.

(ii) Destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

**5.2. Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE)**

(i) Rerratificação da Ata de AGOE realizada em 09/09/2021, para retificar a reversão da reserva de retenção de lucros constituída na AGO 31/05/2021, para fins de distribuição de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), para R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais).

**6. DELIBERAÇÕES:** Após discutir e analisar os temas propostos na ordem do dia e documentos correlatos, os acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram:

**6.1. Em Assembleia Geral Ordinária (AGO)**

(i) Aprovar as contas da Administração, o balanço patrimonial, as demonstrações financeiras, o parecer dos auditores independentes e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, constantes do Anexo I desta ata.

(ii) Tendo a Companhia apresentado lucro líquido negativo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 379.000,00 (trezentos e setenta e nove mil reais), aprovar a reversão deste valor da conta de Reserva de Lucros da Companhia.

**6.2. Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE)**

(i) Aprovar a rerratificação da Ata de AGOE realizada em 09/09/2021, para retificar a reversão da reserva de retenção de lucros constituída na AGO 31/05/2021, para fins de distribuição de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), para R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais).

Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta Assembleia, incluindo os registros públicos e societários e as correspondentes anotações nos livros sociais.

**7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois da lida, foi aprovada e

assinada pela totalidade dos presentes.

**8. ASSINATURAS:** Mesa: Rodrigo Costa Rocha (Presidente) e Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca (Secretária). Acionistas: (i) V2I Energia S.A., neste ato representada por seus representantes legais; (ii) Vinci Infra Coinvestimento I Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, neste ato representado por sua gestora, Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda. e (iii) Vinci Infra Transmissão Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, neste ato representado por sua gestora, Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda.

A presente é cópia fiel do original lavrado em livro.



Rodrigo Costa Rocha

*Presidente da Mesa*



Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca

*Secretária*

## ANEXO I

### Cópia das Publicações das Demonstrações Financeiras

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**

Empresa: LEST LINHAS DE ENERGIA DO SERTAO TRANSMISSORA S A

NIRE: 333.0032400-3 Protocolo: 00-2022/741428-4 Data do protocolo: 23/09/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/09/2022 SOB O NÚMERO 00005108624 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: B6F105FC2432686B12F46639FDBBD0F9DA723E3013A1C5178CC703868C8B82DF

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.





## LEST - LINHAS DE ENERGIA DO SERTÃO TRANSMISSORA S.A.

CNPJ nº 24.100.518/0001-65

Relatório da Administração - Apresentamos a seguir as demonstrações financeiras da Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. e o relatório dos auditores independentes.

### Balanco patrimonial em 31/12/2021 e 2020 e 01/01/2020

Balanco patrimonial em 31/12/2021 e 2020 e 01/01/2020		Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)		
(Em milhares de reais)				
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.503	30.553	84.298
Concessionárias e permissórias	6	4.150	3.945	-
Tributos e contribuições a compensar	7	847	426	326
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	8	54.483	-	-
Outros		227	5	5
Total do ativo circulante		70.210	34.929	84.629
Não circulante				
Impostos a recuperar	7	112	112	-
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	8	465.817	505.214	397.775
Imobilizado		26	-	-
Total do ativo não-circulante		465.955	505.326	397.775
Total do ativo		536.165	540.255	482.404
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	9	8.757	3.937	31.989
Tributos e encargos a recolher	10	850	750	1.534
Empréstimos e debêntures	11	5.565	4.770	1.811
Dividendos	14	72.168	78.168	51.709
Outros passivos circulantes		472	272	6
Provisão de contingência	12	868	-	-
Total do passivo circulante		88.680	87.897	87.049
Não circulante				
Imposto renda e contribuição social diferidos	10	16.700	16.188	12.716
Empréstimos e debêntures	11	253.339	250.346	230.467
Total do passivo não circulante		270.039	266.534	243.183
Patrimônio líquido				
Capital social	13	70.875	70.875	70.875
Reserva legal	13	9.017	9.017	6.022
Reserva de lucros	13	97.554	105.932	75.275
Total do patrimônio líquido		177.446	185.824	152.172
Total do passivo e patrimônio líquido		536.165	540.255	482.404

### Demonstração do resultado do exercício Em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Demonstração do resultado do exercício Em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)		Demonstração dos fluxos de caixa Em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)		
(Em milhares de reais)				
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(reapresentado)
Receita operacional líquida	15	69.553	140.325	64.101
Custo de construção	16	(18.972)	(51.954)	(379)
Custo de operação e manutenção	16	(6.901)	(2.507)	(379)
Lucro Bruto		43.680	85.864	64.101
Despesas operacionais e administrativas	16	(5.736)	(3.029)	(379)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		37.944	82.835	64.101
Receitas financeiras		645	1.068	64.101
Despesas financeiras		(36.557)	(15.841)	(379)
Resultado financeiro	17	(35.912)	(14.773)	64.101
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.032	68.062	64.101
Imposto de renda e contribuição social corrente	10	(1.901)	(488)	(379)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	(510)	(3.473)	(379)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(379)	64.101	64.101

### Demonstração do resultado abrangente Em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Demonstração do resultado abrangente Em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)		Demonstração dos fluxos de caixa Em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)		
(Em milhares de reais)				
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
		(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(379)	64.101	64.101
Outros resultados abrangentes		-	-	-
Resultado abrangente do exercício		(379)	64.101	64.101

### Demonstração dos fluxos de caixa Em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Demonstração dos fluxos de caixa Em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)		Demonstração dos fluxos de caixa Em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)		
(Em milhares de reais)				
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
		(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		(379)	64.101	64.101
Lucro Líquido		(379)	64.101	64.101
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Despesas com juros		32.621	13.535	13.535
Impostos correntes e diferidos		2.411	3.961	3.961
Remuneração do ativo de contrato		(61.614)	(81.879)	(81.879)
Margem de Construção, operação e remuneração do ativo de contrato da Transmissão		(5.820)	(6.910)	(6.910)
Provisão para contingência		869	-	-
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais:</b>				
Consumidores e concessionárias		52.145	29.359	29.359
Impostos a recuperar		(421)	(212)	(212)
Outros créditos a receber		(222)	-	-
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>				
Fornecedores e outras obrigações		4.820	(28.052)	(28.052)
Tributos e contribuições sociais e diferidos		(1.799)	(1.275)	(1.275)
Outros passivos circulantes		202	268	268
<b>Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais</b>		<b>22.813</b>	<b>(7.104)</b>	<b>(7.104)</b>
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aplicações financeiras e recursos vinculados		-	1.068	1.068
Imobilizado		(29)	-	-
Aplicação em Linhas de Transmissão		(29)	(51.954)	(51.954)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(29)</b>	<b>(50.886)</b>	<b>(50.886)</b>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Novos empréstimos e financiamentos e debêntures		-	8.592	8.592
Pagamentos de juros empréstimos e financiamentos		(27.030)	(2.347)	(2.347)
Amortização de principal empréstimos e financiamentos		(1.804)	-	-
Dividendos pagos		(14.000)	(2.000)	(2.000)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamento</b>		<b>(42.834)</b>	<b>4.245</b>	<b>4.245</b>
<b>Aumento (diminuição) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(20.050)</b>	<b>(53.745)</b>	<b>(53.745)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		30.553	84.298	84.298
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		10.503	30.553	30.553
<b>Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(20.050)</b>	<b>(53.745)</b>	<b>(53.745)</b>

### Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31/12/2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: 1.1. Objeto social - A Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. ("Companhia" ou "Lest") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 01/02/2016 e domiciliada na Avenida Pasteur, 110/Sala 945, Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. O objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e sobressalentes, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica caracterizadas no anexo 6-13 do Edital do leilão nº 05/2016-ANEEL. 1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica - Em 24/04/2017, a Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A., denominada Concessionária de transmissão, com a intervenção e anuência da Vinci Infra Transmissão Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, detentora de 59,99% de suas ações ordinárias, da Vinci Infra Co-investimento | Fundo de investimento em Participações em Infraestrutura, detentora de 40% de suas ações ordinárias, e da CMN Solutions A026 Participações S.A. detentora de 0,01% de suas ações ordinárias, foi declarada vencedora do Leilão Público nº 005/2016-ANEEL, realizado pelo BM&FBOVESPA. Em 11/08/2017, a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 033/2017, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos. As instalações de transmissão nos estados de Alagoas, Pernambuco e Sergipe, são compostas pela Linha de Transmissão Paulo Afonso IV - Luiz Gonzaga, bloco I, em 500 kV, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 38 km, com origem na Subestação Paulo Afonso IV e término na Subestação Luiz Gonzaga; pela Linha de Transmissão Xingó - Jardim, em 500 kV, bloco II, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 160 km, com origem na Subestação Xingó e término na Subestação Jardim; entrada de linhas, interligação de barramentos, equipamentos de compensação reativa; conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. Na prestação do serviço público de transmissão, deverão ser atendidos os procedimentos de rede e suas revisões, as cláusulas estabelecidas no contrato de prestação de serviço de transmissão, celebrado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, contendo as condições técnicas e comerciais para disponibilizar as suas instalações de transmissão para a operação interligada. 1.3. Encargos regulamentares - Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissórias e autorizadas, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas. A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria. 1.4. Impactos do COVID 19 nos negócios da Companhia - Em 11/03/2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, medida essa também adotada no Brasil. Houve impacto significativo na economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm adotando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar os efeitos econômicos produzidos pela pandemia. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20/03/2020, que declarou estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também

veem publicando diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde. Considerando as ações que o Governo estruturou de suporte ao Setor de Energia Elétrica, a Companhia segue monitorando as obras em andamento, adotando todas as medidas cabíveis para mitigar possíveis atrasos e mantém contínua comunicação com o regulador sobre eventuais atrasos que poderão ocorrer até a normalização das atividades comerciais do mercado como um todo. A Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador. Os negócios da Companhia apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos nossos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda. Desta forma, a Administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência do COVID-19 no ano de 2020 e 2021. Com base na avaliação acima, em 31/12/2021 e até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, não foram identificados impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia. 2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de Conformidade - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCP 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 31/03/2022. 2.2. Moeda funcional e de apresentação - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. 2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revisados a menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: • Nota explicativa 8 - Ativo de Contrato: Reconhecimento de contratos de concessão; e • Nota explicativa 10 - Impostos Diferidos: Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido. a) Estimativas e Premissas - Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, além da análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada. As estimativas significativas são revistas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente. 3. Principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. 3.1. Caixa e equivalente de caixa - O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. 3.2. Instrumentos financeiros - Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. As aquisições ou alienações de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

ra porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transações de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitem o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo). Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Passivos financeiros - São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31/12/2021, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraiados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraiados, sujeitos a juros. Desreconhecimento: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 3.3 Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual - Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a LEST regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho construir, manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Com a entrada em vigor em 1º/01/2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nesta norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como uma "Concessão do serviço público (ativo contratual)". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo de concessão. Os valores da RAP garantidos são determinados pelo Operador Nacional do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, a receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeta ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificadas e as projeções das receitas espe-

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em



# LEST - LINHAS DE ENERGIA DO SERTÃO TRANSMISSORA S.A.

CNPJ nº 24.100.518/0001-65

radar. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia.

**3.4 Ajuste a valor presente de ativos e passivos** - Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

**3.5 Dividendos** - A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art. 202, I da Lei das S.A. "Art. 202 os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omissivo, a importância determinada de acordo com as seguintes normas: I - metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: a) importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e b) importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

**3.6 Contingências** - As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

**3.7 Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")** - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a serem ajustados no valor recuperável.

**3.8 Demais ativos circulantes e não circulantes** - Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**3.9 Demais passivos circulantes e não circulantes** - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

**3.10 Reconhecimento de receita** - As receitas são reconhecidas quando o contrato com o cliente satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: Receita de Construção, Receita de Operação e Manutenção e Receita de Remuneração sobre ativo contratual, conforme detalhado na nota 3.3 Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual.

**3.11 Despesas operacionais** - As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

**3.12 Imposto de renda e contribuição social** - A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31/12/2021, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia.

**3.13 Despesas e receitas financeiras** - As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

**3.14 Apresentação das informações financeiras** - Os valores correspondentes do balanço patrimonial referentes a 31/12/2020 e 01/01/2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa referentes ao exercício findo em 31/12/2020, apresentados nas demonstrações financeiras para fins de comparação, estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, em função da identificação de erro no cálculo e registro dos PIS e da Cofins diferidos sobre o cálculo do ativo de contrato, bem como dos correspondentes impactos sobre o efeito de imposto de renda e contribuição social. O resumo dos impactos está detalhado abaixo:

**a) Balanço patrimonial**

	Divulgado 01/01/2020	Ajustes	Reapresentado 01/01/2020
<b>Passivo e patrimônio líquido Circulante</b>			
Fornecedores	31.989	-	31.989
Salários e encargos a pagar	6	-	6
Tributos e encargos sociais a recolher	1.534	-	1.534
Empréstimos e debêntures	1.811	-	1.811
Dividendos	51.709	-	51.709
Total do passivo circulante	87.049	-	87.049
<b>Não circulante</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferido	12.487	229	12.716
PIS e COFINS diferidos	13.610	(13.610)	-
Empréstimos e debêntures	230.467	-	230.467
Total do passivo não circulante	256.564	(13.381)	243.183
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	70.875	-	70.875
Reserva legal	6.022	-	6.022
Reserva de retenção de lucros	61.894	13.381	75.275
Total do patrimônio líquido	138.791	13.381	152.172
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	482.404	-	482.404

**Passivo e patrimônio líquido Circulante**

	Divulgado 31/12/2020	Ajustes	Reapresentado 31/12/2020
Fornecedores	3.937	-	3.937
Tributos e encargos a recolher	750	-	750
Empréstimo e debêntures	4.770	-	4.770
Dividendos (a)	80.159	(1.991)	78.168
Outros passivos circulantes	272	-	272
Total do passivo circulante	89.888	(1.991)	87.897

**Não circulante**

	Divulgado 31/12/2020	Ajustes	Reapresentado 31/12/2020
Impostos de renda e contribuição social diferidos	16.743	(555)	16.188
PIS e COFINS diferidos	15.043	(15.043)	-
Empréstimos e debêntures	250.346	-	250.346
Total do passivo não circulante	282.132	(15.598)	266.534
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	70.875	-	70.875
Reserva legal	9.017	-	9.017
Reserva de lucros	88.343	17.589	105.932
Total do patrimônio líquido	168.235	17.589	185.824
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	540.255	-	540.255

(a) O montante de R\$ 1.991 de dividendos pago em 2020 foi erroneamente considerado contra a conta de reserva de capital, sendo ora corrigido para reduzir o valor de dividendos a pagar no mesmo valor.

**b) Demonstração do resultado do exercício**

	Divulgado 01/01/2020	Ajustes	Reapresentado 01/01/2020
<b>Resultado operacional líquido</b>	334.025	13.610	347.635
Custo de construção	(206.550)	-	(206.550)
<b>Resultado operacional bruto</b>	127.475	13.610	141.085
Despesas gerais e administrativas	(2.646)	-	(2.646)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	124.829	13.610	138.439
Receitas financeiras	2.073	-	2.073
Despesas financeiras	(9.304)	-	(9.304)
<b>Resultado financeiro</b>	(7.231)	-	(7.231)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	117.598	13.610	131.208
Imposto de renda e contribuição social corrente	(684)	-	(684)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8.052)	(3.002)	(11.054)
<b>Lucro do exercício</b>	108.862	10.608	119.470
<b>Divulgado 31/12/2020</b>	<b>137.779</b>	<b>2.546</b>	<b>140.325</b>
Custo de construção	(51.954)	-	(51.954)
Custo de operação e manutenção	(2.507)	-	(2.507)
<b>Resultado operacional bruto</b>	83.318	2.546	85.864
Despesas gerais e administrativas	(3.029)	-	(3.029)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	80.289	2.546	82.835
Receitas financeiras	1.068	-	1.068
Despesas financeiras	(15.841)	-	(15.841)
<b>Resultado financeiro</b>	(14.773)	-	(14.773)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	65.516	2.546	68.062
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.362)	874	(488)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.262)	789	(3.473)
<b>Lucro do exercício</b>	59.892	4.209	64.101

	Divulgado		Reserva de retenção de lucros	Total
	Capital social	Lucros e prejuízos acumulados		
<b>Em 01 de janeiro de 2020</b>	70.875	-	61.894	138.791
Lucros/prejuízo do exercício	-	59.893	-	59.893
Constituição de reserva legal	-	(2.995)	2.995	-
Pagamento de dividendos	-	-	(2.000)	(2.000)
Dividendos	-	(28.449)	-	(28.449)
Constituição de reserva lucros	-	(28.449)	28.449	-
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	70.875	-	88.343	168.235
<b>Reapresentado</b>	70.875	-	75.275	152.172
Lucros/prejuízo do exercício	-	64.101	-	64.101
Constituição de Reserva Legal	-	(2.995)	2.995	-
Pagamento de Dividendos	-	-	(2.000)	(2.000)
Dividendos	-	(28.449)	-	(28.449)
Constituição de reserva lucros	-	(32.657)	32.657	-
Lucros acumulados	-	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	70.875	-	105.932	185.824
<b>Divulgado 31/12/2020</b>	<b>59.892</b>	<b>4.209</b>	<b>64.101</b>	<b>64.101</b>
<b>Reapresentado 31/12/2020</b>	<b>59.892</b>	<b>4.209</b>	<b>64.101</b>	<b>64.101</b>

**e) Demonstração do fluxo de caixa**

	Divulgado 31/12/2020	Ajustes	Reapresentado 31/12/2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido	61.555	2.546	64.101
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Despesas com juros	13.535	-	13.535
Impostos correntes e diferidos	6.507	(2.546)	3.961
Remuneração do ativo de contrato	(81.879)	-	(81.879)
Margem de Construção, operação e remuneração do ativo de contrato da Transmissão	(6.910)	-	(6.910)
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais:</b>			
Consumidores e concessionárias	29.359	-	29.359
Impostos a recuperar	(212)	-	(212)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>			
Fornecedores e outras obrigações	(28.052)	-	(28.052)
Tributos e contribuições sociais e diferidos	(2.210)	-	(2.210)
<b>Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais</b>	<b>(57.990)</b>	<b>-</b>	<b>(57.990)</b>

**Fluxo de caixa das atividades de investimento**

	Divulgado 31/12/2020	Ajustes	Reapresentado 31/12/2020
Aplicações financeiras e recursos vinculados	1.068	-	1.068
Ativo Imobilizado	-	-	-
Aplicação em Linhas de Transmissão	(51.954)	-	(51.954)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(29)</b>	<b>-</b>	<b>(50.886)</b>
Novos empréstimos e financiamentos e debêntures	8.592	-	8.592
Pagamentos de juros empréstimos e financiamentos	(2.347)	-	(2.347)
Dividendos pagos	(2.000)	-	(2.000)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamento</b>	<b>4.245</b>	<b>-</b>	<b>4.245</b>
<b>Aumento (diminuição) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(53.745)</b>	<b>-</b>	<b>(53.745)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	84.298	-	84.298
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	30.553	-	30.553

**4. Novos Pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board:**

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 - Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 - Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas e da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais	1º de janeiro de 2021
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Em 31/03/2021, o IASB estendeu até 30/06/2022, a aplicação do expediente prático do IFRS 16, em decorrência de benefício concedido a arrendatários ("lease concessions") em decorrência da pandemia de COVID-19	31 de março de 2021

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

**5. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	234	76
Fundos de renda fixa CDB (i)	10.269	30.477
	10.503	30.553

(i) Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundo de investimento, não exclusivo, administrado pelo Banco Itaú (Itaú High Grade RF Crédito Privado e Itaú Corp Plus RF Referenciado DI - FIC), e pelo Banco do Nordeste (BNB Institucional FI RF), que tiveram no ano de 2020 e 2021, remuneração média referenciada a CDI de 90%. A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

**6. Concessionárias e permissórias**

	31/12/2021	31/12/2020
Concessionária e permissória (a)	4.150	3.945
	4.150	3.945

(a) O saldo apresentado refere-se ao faturamento da RAP, com vencimentos de: R\$748mil em 05/01/2022, R\$555mil em 15/01/2022, R\$2.288mil em 25/01/2022 e R\$559mil em 05/02/2022. A Administração acredita que não há Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), visto que não houve mudança significativa nos valores contábeis dos instrumentos financeiros.

**7. Tributos e contribuições a compensar:** Os saldos de tributos e contribuições a compensar são compostos pelas contas abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda	368	151
Contribuição social	64	30
Imposto de renda retido na fonte	85	130
PIS	20	60
COFINS	270	94
<b>Circulante</b>	<b>847</b>	<b>426</b>
ICMS	112	112
<b>Não circulante</b>	<b>112</b>	<b>112</b>

**8. Concessão do serviço público (ativo de contrato):** Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47. As concessões das Companhias de transmissão por não serem onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União. Os ativos contratuais, serão recebidos pelas controladas através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão. Conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde para o exercício findo em 31/12/2019 não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato. A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, refletiu o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento. **Receita Anual Permitida - RAP** - O investimento total previsto era de aproximadamente R\$324 milhões. A Receita Anual Permitida - RAP foi determinada em R\$44,5 milhões (valor original) na data do leilão, com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice

Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A e será válida por todo o prazo de operação comercial da LEST. A Companhia considerava o início de recebimento da RAP a partir de abril de 2020, entretanto, a antecipação na entrega do Bloco I, (trecho Paulo Afonso - Luiz Gonzaga), em 23/02/2020, permitiu o início da operação comercial, antecipada em 24 meses em relação ao cronograma da Aneel. Em 13/12/2020 entrou em operação o Bloco II, concluindo o empreendimento. teve a sua entrada em operação parcial em Fevereiro/2020, uma antecipação de 24 meses em relação ao cronograma Aneel. A Companhia solicitou no ano de 2017 ao Ministério da Fazenda, junto a Secretaria da Receita Federal, o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), como titular do projeto. A habilitação ao programa foi deferida em 24/10/2018, através do Ato Declaratório Nº 168. A LI (Licença de Instalação) do Bloco 2 (trecho Xingó - Jardim), foi emitida em 10/12/2018. A LI (Licença de Instalação) do Bloco 1 (trecho Paulo Afonso - Luiz Gonzaga), foi emitida em 18/01/2019. A LO (Licença de Operação) do Bloco 1 (trecho Paulo Afonso - Luiz Gonzaga), foi emitida em 23/12/2019. A emissão da LO (Licença de Operação) do Bloco 2 (trecho Xingó - Jardim), foi emitida em 13/12/2020. A entrada em operação do Bloco 1 ocorreu em 23/02/2020 e a entrada em operação do Bloco 2 ocorreu em 30/12/2020. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

Descrição	LEST
<b>Linhas de Transmissão</b>	
Margem de construção	56,47%
Margem de operação e manutenção	10,00%
Taxa de remuneração	5,06%
Custos incorridos até 31/12/2020	290.168
RAP Anual	53.842
<b>Ativo de contrato 31/12/2020</b>	<b>505.214</b>
Receita de remuneração do ativo de contrato	61.032
Receita das margens da obrigação de performance de construção	6.402
Recebimento RAP	(52.349)
<b>Ativo de contrato 31/12/2021</b>	<b>520.300</b>
<b>Circulante</b>	<b>54.483</b>
<b>Não-circulante</b>	<b>465.817</b>

	31/12/2021	31/
--	------------	-----



## LEST - LINHAS DE ENERGIA DO SERTÃO TRANSMISSORA S.A.

CNPJ nº 24.100.518/0001-65

podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

	31/12/2020	Pagamento de Juros	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	31/12/2021
1ª Emissão de Debêntures	30.072	(881)	-	5.434	34.625
Financiamento BNB	225.044	(923)	(27.030)	27.188	224.279
<b>Total ao valor justo</b>	<b>255.116</b>	<b>(1.804)</b>	<b>(27.030)</b>	<b>32.622</b>	<b>258.904</b>
Circulante	4.770	-	-	-	5.565
Não circulante	250.346	-	-	-	253.339

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

2023	6.821
2024	8.341
2025	9.522
2026	17.937
2027 a 2041	210.719
<b>Total</b>	<b>253.339</b>

**12 Provisão de contingência:** Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros. Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas possíveis e prováveis:

	Possíveis	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial - 2020 e 2019	-	-	-
Constituições de provisões	869	869	-
Pagamentos realizados	-	-	-
Atualização monetária	-	-	-
<b>Saldos finais - 2021 e 2020</b>	<b>869</b>	<b>869</b>	-

  

	Prováveis	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial - 2020 e 2019	-	-	-
Constituições de provisões	517	517	-
Pagamentos realizados	-	-	-
Atualização monetária	-	-	-
<b>Saldos finais - 2021 e 2020</b>	<b>517</b>	<b>517</b>	-

**13. Patrimônio Líquido:** Capital Social - O capital social integralizado em 31/12/2021 e 2020 é representado somente por ações ordinárias, da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
Quantidade de ações	14.178.339	14.178.339
% do capital social	100%	100%
Valor em R\$ mil	70.875.044	70.875.044
Quantidade de ações	21.330.058	21.330.058
% do capital social	100%	100%
Valor em R\$ mil	70.875.044	70.875.044

**Reserva Legal** - Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	70.875	70.875
Reserva legal 5%	3.544	3.544
<b>Limite permitido</b>	<b>14.175</b>	<b>14.175</b>

**Lucros (prejuízo) líquido do exercício**

	31/12/2021	31/12/2020
Lucros (prejuízo) líquido do exercício	(379)	64.101
Reserva legal 5%	-	(2.995)
<b>Total da reserva legal</b>	<b>-</b>	<b>2.995</b>

**Reserva de lucro** - Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

**Lucro/Prejuízo líquido do exercício**

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	(379)	64.101
Reserva legal 5%	-	(2.995)
Base para dividendos	(379)	61.106
Reserva de lucros anos anteriores	105.932	73.275
Distribuição de dividendos	(8.000)	(2.000)
Reserva de lucro do exercício	(379)	32.657
<b>Total</b>	<b>97.553</b>	<b>105.932</b>

**Dividendos** - Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. - Rio de Janeiro - RJ - Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Mensuração do ativo de contrato** - Conforme divulgado na nota explicativa 3.3, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31/12/2021, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R\$ 520.299 mil. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS15 - *Revenue from contract with customer*) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfetida ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificadas e as projeções das receitas esperadas. Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração dos ativos de contrato das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto** - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, den-

(a) A partir da reapresentação dos saldos de 2020, a Companhia teve um impacto no resultado auferido, porém como a mesma não pode alterar os montantes de dividendos provisionados e distribuídos a diferença (R\$2.104) no cálculo da reserva legal do saldo reapresentado foram considerados dentro da rubrica de reserva de lucros.

**Composição do saldo de dividendos a distribuir**

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	78.168	51.709
Constituição do dividendos a distribuir	8.000	28.449
Dividendos distribuídos (a)	(14.000)	(2.000)
<b>Saldo final</b>	<b>72.168</b>	<b>78.168</b>

(a) Pagamento de dividendos referente a anos anteriores advindos da Reserva de Lucro.

**14. Resultado por ação**

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro do exercício	(379)	66.441
Lucro por ação	(0,0053)	0,8450

**15. Receita operacional líquida:** A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é assim demonstrada:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita Bruta	-	84.982
Receita de remuneração - com gross-up (*) (a)	63.345	56.240
Receita de Operação e Manutenção - com gross-up *(a)	6.645	4.854
Outras receitas	935	-
Receita de encargos de transmissão	1.977	-
<b>Total</b>	<b>72.902</b>	<b>146.076</b>

**(-) Deduções**

	31/12/2021	31/12/2020
Efeito gross-up dos tributos de ativo de contrato *(a)	(2.556)	(5.333)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(793)	(418)
<b>Total</b>	<b>(3.349)</b>	<b>(5.751)</b>

**Receita operacional líquida**

	31/12/2021	31/12/2020
(*) <i>Gross up</i> é o termo técnico para reajuste para base de cálculo, a fim de identificar o valor bruto, ou seja, com impostos. (a) As linhas acima tiveram impacto devido a reapresentação dos saldos, devido principalmente, pela mudança de divulgação da receita líquida em 2020 para receita bruta em 2021, que impactou na duplicidade do registro de PIS e COFINS diferido, feitos da correção de erro conforme nota "3.14 Reapresentação das Informações contábeis" da respectiva demonstração financeira. <b>16. Custos e despesas operacionais:</b> Os saldos dos custos e despesas operacionais especificados na demonstração de resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto.	-	-

	31/12/2021	31/12/2020
Custo de construção e administração operacionais	(82)	(27)
Despesas gerais e administrativas	(1.962)	(2.139)
Depreciação e amortização	(2)	-
Custo de construção	(18.972)	(51.954)
Outras	(1.604)	(368)
<b>Total</b>	<b>(25.873)</b>	<b>(57.338)</b>

**17. Resultado financeiro:** Os saldos do resultado financeiro são compostos pelas contas abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Tarifas	(146)	(24)
Multa e juros	(69)	(11)
IOF	(9)	-
Serv. bancários	(3.260)	-
Juros s/ financiamentos (i)	(27.188)	(14.228)
Multa s/ atos de infração (ii)	(451)	-
Juros s/ depósitos (i)	(5.434)	(1.537)
Despesa sobre aplicação financeira	-	(39)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(36.557)</b>	<b>(15.841)</b>
Receitas sobre aplicação financeira	645	1.068
<b>Receitas financeiras</b>	<b>645</b>	<b>1.068</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(35.912)</b>	<b>(14.773)</b>

(i) Refere-se a: juros de empréstimos R\$ 27.188 (R\$ 14.228 em 2020) e juros de depósitos R\$ 5.434 (R\$ 1.537 em 2020). (ii) Refere-se a: multa sobre pagamento de COFINS de junho/2019 até março/2020 R\$ de 418 e multa sobre pagamento de PIS de junho/2019 até março/2020 - R\$ 91). **18. Seguro:** As despesas antecipadas correspondem as seguintes informações:

	Modalidade	Importância segurada	Período de Vigência
Seguro Tokio Marine (a)	Risco Operacional	222	08 de maio de 2021 até 08 de maio de 2022
Seguro Axa (b)	Responsabilidade Civil Geral	20	07 de maio de 2021 até 07 de maio de 2022

(a) Seguro de risco operacional, com apólice 1800002520537, emitido pela Tokio Marine Seguradora, com limite máximo de indenização de R\$ 70 milhões. (b) Seguro de Responsabilidade Civil Geral, com apólice 02852.2021.0021.0351.0006372, pela AXA Seguros, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, com limite máximo de indenização de R\$ 20 milhões. Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Diretoria da Companhia. **19. Instrumentos financeiros:** Em 31 de dezembro de 2021, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucros Líquido do exercício	(379)	64.101
Reserva legal - 5%	-	2.995
Base de cálculo de dividendos	(379)	61.106
Aliquotas	50%	50%
Dividendos propostos (a)	-	28.499

	Nível	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado</b>			
Aplicações financeiras	2	10.269	30.477
<b>Ativos mensurados pelo custo amortizado</b>			
Caixa e equivalente de caixa	2	10.503	30.553
Concessionárias e permissionárias	2	4.150	3.945
<b>Passivo mensurados pelo custo amortizado</b>			
Empréstimos e financiamentos	2	258.904	255.116
Fornecedores	2	8.757	3.937

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; • Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e • Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado. **19.1 Fatores de risco financeiro** - As atividades da Companhia são expostas a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez. a) **Risco de crédito** - Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo. A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios. O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo. b) **Risco de capital** - A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. O índice de endividamento é de 1,8943% em 31/12/2021. c) **Riscos de taxa de juros** - Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. d) **Risco de liquidez** - A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Diretoria da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. **19.2 Gestão do capital** - A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras. **20. Remuneração da administração:** A remuneração da Administração e da Diretoria Executiva, compreende o pró-labore e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas" como " Honorários da diretoria". A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Salários	556	180
Provisões trabalhistas	111	36
Benefícios	540	330
Conselheiros e Diretores	480	584
INSS	684	65
Participação nos Lucros	348	320
<b>Total</b>	<b>2.719</b>	<b>1.515</b>

**Diretoria Executiva**

Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca - Diretora Financeira  
Vagner Alexandre Serrato - Diretor de Operações  
Responsável técnico pelas informações contábeis  
Leandro Barbalho de Brito  
Contador CRC-RJ 092.334/O-9

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2022.

**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S.S. Roberto Cesar Andrade dos Santos  
CRC - 2SP015199/O-6 Contador CRC - 1RJ093771/O-9

# Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

publicidade@diariodoacionista.com.br

Tels.: (11) 2655-1899  
(21) 3556-3030  
96865-1628



## IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA LEST LINHAS DE ENERGIA DO SERTAO TRANSMISSORA S A, NIRE 333.0032400-3, PROTOCOLO 00-2022/741428-4, ARQUIVADO EM 27/09/2022, SOB O NÚMERO (S) 00005108624, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
<input checked="" type="checkbox"/> 086.240.797-48	BRUNO MIGUEL SIEIRO FERREIRA

27 de setembro de 2022.

**Jorge Paulo Magdaleno Filho**  
Secretário Geral

1/1

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**

Empresa: LEST LINHAS DE ENERGIA DO SERTAO TRANSMISSORA S A  
NIRE: 333.0032400-3 Protocolo: 00-2022/741428-4 Data do protocolo: 23/09/2022  
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/09/2022 SOB O NÚMERO 00005108624 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: B6F105FC2432686B12F46639FDBBD0F9DA723E3013A1C5178CC703868C8B82DF

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.